

ESPAÇO VIRTUAL DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria de Lourdes Castelo Branco de Oliveira

Graduada em Biblioteconomia pela UFPE.

Especialista em Planejamento e Gestão Organizacional, pela UPE e em Gestão e Tecnologia da Informação pela UFPE. Bibliotecária e Membro da Comissão do Espaço Memória da Justiça Federal em Pernambuco

RESUMO: Relata-se acerca da experiência da implantação do Espaço Virtual de Memória Institucional da Justiça Federal em Pernambuco – JFPE, um domínio inserido no portal da internet da referida Justiça Federal, cuja importância é facilitar o acesso da sociedade à memória da JFPE, bem como estruturar eficazmente um ambiente de pesquisa, guarda e produção da história da instituição. Ressalta-se a importância de se preservar a memória de uma instituição e resgatá-la com o apoio de métodos organizacionais, contando com o profissionalismo dos servidores e outros colaboradores envolvidos, e de se propagar na instituição um ambiente de pesquisa sociocultural de significativo valor. Discorre-se sobre a elaboração dos componentes do citado espaço: Histórico da Justiça Federal no Brasil e em Pernambuco; Galeria dos Juizes; Diretores de Foro; Servidores; Seção/Subseções Judiciárias; Linha do Tempo e Banco de Imagens. Mencionam-se as dificuldades enfrentadas e o primeiro produto gerado com os dados do Espaço Virtual.

Palavras chave: Poder Judiciário. Justiça Federal. Pernambuco. Memória Institucional. Internet.

ABSTRACT: It is related to the experience of the implementation of the Virtual Space of Institutional Memory of the Federal Justice in Pernambuco - JFPE, a domain inserted in the internet portal of the referred Federal Justice, whose importance is to facilitate the access of the society to the memory of JFPE, as well as to structure effectively an environment of research, custody and production of the history of the institution. It emphasizes the importance

of preserving the memory of an institution and rescue it with the help of organizational methods, relying on the professionalism of the servers and other involved employees; and to spread in the institution a sociocultural research environment of significant value. It talks about the preparation of the referred space components: History of the Federal Court in Brazil and Pernambuco; Gallery of Judges; Forum of Directors; Servers; Section/Subsections Judiciary; Timeline; and Images. It was cited the difficulties faced and the first generated product with the Virtual Space data.

Keywords: Judicial Power. Federal Justice. Pernambuco. Institutional Memory. Internet.

“A vida só pode ser compreendida olhando-se para trás;
mas só pode ser vivida olhando-se para a frente”.

Soren Kierkegaard

1. INTRODUÇÃO

Este relato de experiência aborda o processo de elaboração do Espaço Virtual Memória Institucional da Justiça Federal em Pernambuco – JFPE e objetiva apresentar as etapas de sua preparação, bem como as dificuldades vivenciadas. Pretende-se também contribuir com aqueles que desejarem fazer o registro da história de uma instituição, ou seja, com os profissionais que se preocupam com a memória institucional.

Uma das atribuições dos profissionais de informação - o bibliotecário é um deles - é a preservação da informação e sua disseminação.

A Seção de Biblioteca, vinculada à Secretaria Administrativa, é uma das Seções responsáveis pela preservação e disseminação da memória institucional da Justiça Federal em Pernambuco. Supervisionada pela bibliotecária e servidora Maria de Lourdes Castelo Branco de Oliveira, membro de todas as Comissões de Memória da JFPE, nessa seção também atuam um servidor da área de Direito e um colaborador terceirizado.

Compõem este relato um sucinto histórico da Justiça Federal no Brasil e Pernambuco, uma breve revisão de literatura sobre memória institucional e o processo de elaboração da Galeria de Juízes, da Linha do Tempo, do Banco de Imagens, bem como dos arquivos sobre Diretores de Foro, Servidores e Seção/Subseções Judiciárias, finalizando-se com as considerações gerais.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A JUSTIÇA FEDERAL NO BRASIL E EM PERNAMBUCO

Um ano depois da Proclamação da República, em 15 de novembro 1889, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Campos Salles, elaborou o Decreto nº 848, de 11 de novembro de 1890. O texto, editado pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, assinala a criação da Justiça Federal, inicialmente composta pelo Supremo Tribunal Federal e por Juízes de Seção. Cada Estado e o Distrito Federal formavam uma Seção Judiciária, com um Juiz Federal e um Juiz Substituto. Marco legislativo inicial da história da Justiça Federal brasileira, regulamentou a sua organização e funcionamento antes mesmo da primeira Constituição republicana. Considerava-se sua criação o pressuposto necessário para a consolidação da soberania nacional. A Justiça Federal constituiu-se de uma Seção Judiciária para cada Estado, bem como para o Distrito Federal, com sede na respectiva capital, sob a responsabilidade de um Juiz Seccional, auxiliado por um Juiz Substituto.

Escrever sobre os Juízes Federais da primeira fase da Justiça Federal em Pernambuco, no período compreendido entre 1890 a 1937, é muito complexo pois quase nada foi preservado. Conseguiu-se resgatar muito pouco a partir de pesquisas em livros, textos isolados, jornais da época e na internet. Segundo Freitas (2003, p. 27), a grande maioria dos Juízes dessa época se formou na Faculdade de Direito do Recife.

Na Era Vargas, a Constituição de 1937, do chamado Estado Novo, extinguiu a Justiça Federal. No período da extinção, 1937 a 1966, atribuiu-se a competência para julgamento dos feitos ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – TJPE.

Durante o regime militar, a Justiça Federal brasileira voltou a existir com o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que serviu de base à edição da Lei Orgânica da Justiça Federal, Lei nº. 5.010, de 30 de maio de 1966, a qual reimplantou a Justiça Federal no Brasil e estruturou a Justiça Federal de primeiro grau. Com essa lei, as primeiras nomeações de juiz federal e juiz federal substituto couberam ao Presidente da República, com assentimento do Senado Federal e para o primeiro provimento dos cargos nos serviços auxiliares poderiam ser aproveitados servidores estáveis da União e das varas da Fazenda Nacional dos Estados (artigo 74, §2º).

Vinculou-se a Seção Judiciária de Pernambuco - SJPE à 3ª Região Judiciária Nordeste, pela Lei 5.010, de 30 de maio de 1966. Com a Lei nº 5.345, de 3 de novembro de 1967, compuseram-na os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Território de Fernando de Noronha, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Em 1967, instalou-se, provisoriamente,

em espaços cedidos por outros órgãos. Foram nomeados e tomaram posse os juízes federais, porém a solenidade de instalação da Justiça Federal em Pernambuco só ocorreu em 1968.

Inicialmente, duas Varas Federais a formaram. A 1ª Vara e a Diretoria do Foro foram instaladas, primeiramente, em uma pequena sala no Edifício Bitury, na Rua Diário de Pernambuco. A 2ª Vara funcionou em espaço cedido pela Procuradoria da República, no Palácio da Justiça Estadual. Os primeiros magistrados federais, empossados em 2 de maio de 1967, foram: na 1ª Vara: Juiz Titular Dr. Arthur Barbosa Maciel e Juiz Substituto Aducto José de Melo; e na 2ª Vara: Juiz Titular Dr. Orlando Cavalcanti Neves e Juiz Substituto Dr. Emerson Câmara Benjamim.

Os primeiros servidores, recrutados de outros órgãos de acordo com o Decreto nº 60.468, de 14 de março de 1967, tiveram sua nomeação publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 1967, Seção I, Parte I, através de Decreto do Ministério da Justiça de 17 de agosto de 1967.

Para proceder à instalação da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, designou-se o Ministro Djalma Tavares da Cunha Mello como representante, através do Ato nº 19, de 7 de outubro de 1968, do Conselho da Justiça Federal.

A Justiça Federal em Pernambuco estabeleceu-se solenemente no antigo prédio onde funcionara a Cia Nacional de Navegação Costeira (Lloyd Brasileira), à Rua da Moeda, 47, no dia 11 de dezembro de 1968. Recebeu a denominação de Fórum Desembargador Neves Filho, em homenagem ao pai do Juiz Orlando Cavalcanti Neves.

A Seção Judiciária de Pernambuco faz parte da primeira instância da Justiça Federal, com sede no Recife. Formada por um conjunto de varas federais onde atuam os juízes federais a quem cabe o julgamento originário da quase totalidade das questões que envolvam a União.

Com a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, a estrutura do Poder Judiciário passou por profundas modificações. No âmbito da Justiça Federal (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT, art. 27, § 6º) cria, em substituição ao Tribunal Federal de Recursos, cinco Tribunais Regionais Federais - TRF, com sedes e jurisdições definidas na Resolução nº 1, de 6 de outubro de 1988, do extinto Tribunal Federal de Recursos. A Lei nº 7.727, de 9 de janeiro de 1989, previu suas composições iniciais. A Seção Judiciária de Pernambuco está subordinada ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF-5ªR, instalado em 30 de março de 1989, no Palácio Frei Caneca, situado à Avenida Cruz Cabugá, bairro de Santo Amaro, em cerimônia presidida pelo então Presidente do Tribunal Federal de Recursos, Ministro Evandro Gueiros Leite.

Em 12 de julho de 2001, foram criados os Juizados Especiais Federais, através da Lei nº 10.259, para proporcionar ao cidadão julgamentos mais rápidos e simplificados. São responsáveis por julgar as ações com causas de até 60 salários-mínimos, estabelecer pena de até dois anos ou aplicar multa. Nos Juizados, funcionam as Turmas Recursais que julgam os recursos das sentenças proferidas nos Juizados Especiais Federais.

Antes da decisão nacional de interiorização da Justiça Federal, a partir de 1987, verifica-se a interiorização da Justiça Federal em Pernambuco com a instalação da 8ª Vara Federal, no sertão de Pernambuco, com sede na cidade de Petrolina. Em 21 de novembro de 2003, aprofundou-se a interiorização com a edição da Lei nº 10.772 que criou 183 novas varas, inclusive com Juizados Especiais Federais adjuntos ou não. Com a edição da Lei nº 12.011, de 4 de agosto de 2009, deu-se continuidade ao processo de interiorização da Justiça Federal com a criação de novas varas e em novembro de 2014, cumpriu-se o ciclo de interiorização estabelecido na referida lei com a inauguração da 38ª Vara Federal na Subseção Judiciária de Serra Talhada.

As Subseções que se seguiram à de Petrolina, no processo de interiorização, foram instaladas nas cidades de Caruaru (2004), Serra Talhada, Salgueiro e Garanhuns (2005), Ouricuri, Palmares e Goiana (2010), Arcoverde e Jaboatão dos Guararapes (2011) e Cabo de Santo Agostinho (2013).

As informações contidas nesta parte constituem uma síntese da história da Justiça Federal no Brasil e, especificamente, da pernambucana.

3. MEMÓRIA INSTITUCIONAL: REVISÃO DE LITERATURA

O tratamento sistemático da memória institucional começa a partir da década de 1970, como reflexo dos estudos sociológicos, antropológicos e históricos voltados à questão da memória. As empresas perceberam que para seu crescimento era importante registrar e preservar sua memória. Nota-se assim um movimento de valorização da memória institucional (MARQUES, 2007), que vem se fortalecendo com a utilização das novas tecnologias, como meio de divulgação e disseminação, proporcionando o acesso rápido a essas informações.

Le Goff (1994, p.423 apud MARQUES, 2007, p. 30), indiretamente, enfoca a importância da valorização da informação do presente e do passado como forma de registro com a utilização da memória:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas.

A memória institucional compreende um trabalho de resgate, organização e disponibilização, sendo fundamental ser pensada de forma sistêmica como garantia de caráter histórico, probatório ou de patrimônio documental. Visa desenvolver trabalhos de valorização do passado, apresentar os principais fatos da trajetória da instituição. É um programa permanente, cujo intuito é a construção e reconstrução contínua da história da instituição.

Le Coadic (1996 apud SILVA, 2008, p.2) afirma que:

As necessidades de informação traduzem um estado de conhecimento no qual alguém se encontra quando se confronta com a exigência de uma informação que lhe falta e lhe é necessária para prosseguir um trabalho. Muda com o tempo sob o efeito da exposição às diferentes informações iniciais e é produzida dinamicamente gerando novas necessidades.

A gestão do conhecimento nas organizações é um processo constante de aprendizado e ocorre por meio dos indivíduos. A organização que aprende é aquela que possui habilidades para criar, adquirir e transferir esses conhecimentos.

Davenport e Prusak (1999 apud DE SORDI; AXT; FONSECA, 2007, p. 5) esclarece: o conhecimento de uma organização pode ser classificado em tácito, algo difícil de ser formalizado e comunicado aos outros, em que se inserem as experiências de vida dos membros de uma organização; e explícito, formal e sistemático, fácil de ser transmitido aos demais, todo o conhecimento registrado em atos oficiais, normativos e publicações. Afirmam, ainda, que o poder do conhecimento provém de valores e crenças, tanto quanto da informação e da lógica, confirmando, assim, a importância dos princípios norteadores da Gestão do Conhecimento para o aprimoramento institucional.

Relaciona-se também à Gestão do Conhecimento a Cultura do Compartilhamento que compreende o modo como os membros de uma organização encaram a necessidade de partilhar o conhecimento.

4. HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO MEMÓRIA DA JFPE

A Portaria nº 39-DF, de 12 de fevereiro de 1998, do então Diretor do Foro, Juiz Federal Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti, instituiu a 1ª Comissão destinada à elaboração da Memória da JFPE, coordenada pela servidora Francisca de Paula G. Salazar da Veiga Pessoa, lotada na Secretaria Administrativa, Seção de Contratos.

A Seção de Biblioteca da JFPE, por meio de sua supervisora, manteve a preocupação de coletar dados sobre todos os fatos importantes ocorridos, principalmente as informações de caráter histórico. Começou-se a elaboração da Linha do Tempo, consultando relatórios existentes na Seção de Treinamento e firmou-se a ação cotidiana de coletar, em artigos, notícias e demais registros, informações sobre o desenvolvimento e a inserção social da instituição.

Com a chegada do Diretor do Foro Juiz Federal Frederico José Pinto de Azevedo, em 2005, graças à sua sensibilidade e visão macro, tornou-se realidade a criação do Espaço Memória físico, em área da sede da JFPE e com o patrocínio da Caixa Econômica Federal.

No mesmo ano, a Comissão da Memória deu mais um passo em direção à concretização do Espaço de Memória físico com a elaboração de um projeto idealizado pelo museólogo Albino Barbosa de Oliveira Júnior, que contou com a participação de outros profissionais como: Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha (pesquisa histórica), Flávio André de Athayde Lamenha (fotografias), Eduardo Souza (design da montagem da exposição) e Cláudia Torres (projeto luminotécnico). Nessa ocasião, por sugestão do museólogo Albino Oliveira, criou-se o espaço memória virtual, em função da sua permanente e ágil atualização.

Em 11 de dezembro de 2006 inaugurou-se o Espaço Memória, que representa um marco importante para a Justiça Federal em Pernambuco. Ficou, primeiramente, situado no 10º andar do Edifício-Sede da JFPE. Em 19 de março de 2015 o Espaço ganhou novo local, passando a funcionar no 1º andar do mesmo Edifício.

Concomitantemente com a criação do Espaço Memória físico foi desenvolvido o Espaço de Memória virtual, para torná-lo fonte sempre atualizada das informações sobre a história da JFPE.

Criaram-se outras duas Comissões por meio das Portarias nº 205-DF, de 24 de abril de 2006 e nº 11-DF, de 9 de janeiro de 2007. Por último, a Comissão atual foi criada pela Portaria nº 18-DF, de 13 de janeiro de 2014, sob a coordenação do Juiz Federal Ubiratan de Couto Maurício e composta pelo Juiz Federal Frederico José Pinto de Azevedo e pelos servidores Alexandre de Souza Albuquerque e Maria de Lourdes Castelo Branco de Oliveira (bibliotecária).

Na organização da memória virtual institucional é essencial a presença do profissional da informação, o bibliotecário, uma vez que ficará responsável pela coleta, organização e disponibilização de dados, além da produção de conhecimento novo. Esse profissional é capaz de utilizar a estrutura da organização onde atua, ou seja, sabe onde e a quem recorrer quanto ao suporte técnico para as redes computacionais bem como sabe assegurar, na

organização das informações, a clareza necessária na apresentação e disposição do conteúdo, possibilitando ao usuário navegar/mover-se de forma mais eficaz para satisfazer suas necessidades de informação.

No Programa de Gestão Documental da Justiça Federal, instaurado pela Resolução nº 318, de 4 de novembro de 2014, do Conselho da Justiça Federal-CJF, incluiu-se o projeto Memória da Justiça Federal que tem como objetivo a consolidação da memória institucional e o registro da contribuição da instituição ao exercício da cidadania.

Em 6 de março de 2015, foi solicitada a inserção da página *Espaço Memória* no Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) que tem por missão, além de organizar e disponibilizar a informação, preservar a memória da Justiça. O Conselho Nacional de Justiça, por meio deste Programa, incentiva e apoia ações que buscam preservar e divulgar a memória judiciária em todos os seus ramos de atuação e em cada região do País.

4.1. Espaço Virtual de Memória Institucional da Justiça Federal em Pernambuco

O Espaço Virtual de Memória Institucional consiste em um domínio inserido no Portal da Justiça Federal em Pernambuco, coordenado pela bibliotecária supervisora da Seção de Biblioteca, Maria de Lourdes Castelo Branco de Oliveira que, para atender solicitações, começou a organizar os dados que o compõem.

Implementou-se, no ano de 2000, a memória virtual no *site* disponibilizando-se dados bem simples sobre a Justiça no Brasil e a Justiça Federal em Pernambuco, bem como as fotos dos prédios em que funcionou a JFPE. Entre os anos 2000 e 2008, mesmo existindo Comissões de Memória, a atualização caminhou a passos lentos.

O referido Espaço Virtual mostra a trajetória coletiva construída ao longo da sua existência. É referência de valores e experiências, buscando garantir a identidade institucional. Sua importância reside na apresentação dos processos passados que expressam a evolução da instituição e fundamentam a formação da sua cultura, seus valores e seu capital intelectual, com reflexo no presente e no futuro.

A elaboração, produção e divulgação da página de Memória institucional da JFPE resultaram da colaboração de várias pessoas que compuseram as Comissões de Memória e de técnicos de apoio, conforme se expõe a seguir.

A primeira colaboradora foi Liliane Campos Gonzaga, estagiária nos anos 2003 a 2005 e profissional terceirizada de 2006 a 2008, graduada em Biblioteconomia e com conhecimentos de web design.

Desde 2013 conta-se com um novo colaborador terceirizado, Igor Pires Lima, com conhecimentos de *web design*, e graduando em Biblioteconomia, dotado da compreensão do valor da clareza exigida nos registros e consciente do valor da seleção e da importância de informações necessárias para bem informar o usuário. É o responsável pela inserção dos dados na página, atividade muito importante para mantê-la atualizada.

Arquitetura da informação é a arte e a ciência de organizar e catalogar *websites*, *intranets*, comunidades *online* e *softwares* de modo que a usabilidade seja garantida. O princípio básico da arquitetura da informação é a busca pelo equilíbrio entre três fatores: conteúdo, contexto e usuários. Trata-se de um processo contínuo e multidisciplinar. Cada pessoa envolvida contribui com seu conhecimento. O *site* precisa ter uma boa interface da usabilidade / encontrabilidade para poupar o tempo do leitor. E é imprescindível aos envolvidos em sua construção colocar-se no lugar do usuário (informação verbal)¹.

Paula Azevedo Macedo destacou que Richard Saul Wurman, arquiteto e *designer* gráfico, autor do livro *Ansiedade de informação: como transformar informação em compreensão* (1991), foi uma das primeiras pessoas a usar o termo arquiteto de informação em 1975. O autor salienta que o arquiteto de informação é alguém que humaniza a tecnologia, focando nas pessoas e organiza os padrões inerentes da informação, tornando o complexo claro.

O papel do arquiteto da informação é conseguir balancear (usuário-conteúdo-contexto) para que a informação certa seja acessada pela pessoa certa no momento certo.

A partir disso sentiu-se a necessidade de aperfeiçoar a página observando estilo, diagramação, atribuição de créditos aos autores das informações, critérios de acessibilidade, funcionalidade, legibilidade, apresentação de dados concisa e gramaticalmente correta, sempre com o olhar atento na legislação vigente sobre direitos autorais para evitar problemas futuros.

A coordenadora do Espaço Virtual sempre se preocupou em elaborar um Plano de Ação que viesse a tratar a Memória Institucional com mais amplitude e profissionalismo na JFPE.

Compõem o Espaço Virtual um breve histórico da construção da Memória Institucional da JFPE, informações sobre a Galeria de Juízes, a Linha

1 - Fornecidas por Paula Azevedo Macedo, em palestra no II Encontro dos Profissionais da Informação da Justiça Federal, realizado pelo Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, de 20 a 22 de novembro de 2013, Brasília.

do Tempo e o Banco de Imagens, bem como sobre os arquivos referentes a Direção do Foro, Servidores e a Seção/Subseções Judiciárias de Pernambuco.

O tópico *Histórico da Justiça* compreende a história da Justiça no Brasil e em Pernambuco (1ª fase:1890-1937 e 1966 até os dias atuais), com informações obtidas em bibliografias sobre o tema.



Imagem: *Página inicial do Espaço Memória Virtual*

Na elaboração da *Galeria dos Juizes* que atuam e atuaram na JFPE, contou-se com a colaboração do Núcleo de Assuntos da Magistratura (NAMAG) do Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF 5ªR, na pessoa de Alexandre Pereira de Lima Neto. De cada juiz informam-se, através de um índice onomástico, naturalidade, formação acadêmica, atuação profissional, ingresso na JFPE – Concurso (data de posse e data de promoção), varas de atuação, exercício como diretores/subdiretores de Foro, desligamento (remoção, aposentadoria etc.); produção científica atualizada de livros, artigos de periódicos, artigos em jornais de grande circulação. Tais dados são resultantes de buscas em catálogos de bibliotecas, especificamente as do Senado Federal, do Conselho da Justiça Federal e da Seção Judiciária de São Paulo, cujas fontes de pesquisa são indicadas (NAMAG, Plataforma Lattes, Currículo Vitae)).

A seção *Direção do Foro* é o resultado do levantamento, em ordem cronológica, dos juízes que ocuparam os cargos de Diretor e Vice-Diretor. Indicam-se o nome completo do juiz e os períodos de atuação no cargo. Teve como base atos normativos do Conselho da Justiça Federal - CJF (Provimentos) e do Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF-5ªR. (Provimentos e Resoluções).

No arquivo *Servidores*, listam-se os servidores desde 1967 até os dias atuais. Fruto de pesquisa no Núcleo de Gestão de Pessoas, nele são informados, cronologicamente por década e, dentro dela, por ano: o nome completo do servidor, a data de posse e a data de desligamento.

O tópico *Seção/Subseções Judiciárias* apresenta breve histórico do município, a legislação/atos normativos referentes à criação, jurisdição e competência e as respectivas Varas com os juízes e diretores de Secretaria que atuam e atuaram na JFPE, em ordem cronológica, além de Banco de Imagens.

A *Linha do Tempo* é a apresentação sucinta dos principais fatos históricos da JFPE, organizados em ordem cronológica. Tem como objetivo mostrar fatos e personagens da Justiça Federal em Pernambuco ao longo de sua existência, a partir de 1967, após sua reestruturação de acordo com a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966. Organizada por décadas e, cada década, por anos, essa seção foi elaborada pela bibliotecária Maria de Lourdes Castelo Branco de Oliveira, auxiliada pelo servidor e membro da Comissão de Memória, Alexandre de Souza Albuquerque. É atualizada regularmente.

No ano de 2014 iniciou-se, com tratamento efetivo das fotografias existentes, a implementação do *Banco de Imagens*. A fotografia é um dos suportes de informação e conhecimento mais utilizados pela sociedade porque registra fatos, ambientes, pessoas comuns, personalidades e eventos, dentre outros aspectos. Enfim, é uma representação da expressão cultural dos povos.

Com o desenvolvimento da tecnologia, e o uso cada vez mais frequente de câmeras digitais, o registro fotográfico se popularizou, ocasionando um aumento exponencial na produção de fotografias.

A organização e a disponibilização de acervo fotográfico, através das redes de comunicação (internet e intranet), tornam mais democrático o acesso à informação e possibilitam o resgate da história (da sociedade, de instituições e de indivíduos) por meio de imagens que, sem elas, se perderiam.

As fotografias encontravam-se dispersas nas Seções de Administração Predial, Comunicação e Treinamento que estão ligadas à Secretaria Administrativa da JFPE. A supervisora da Seção de Biblioteca resolveu implantar o Banco de Imagens como um componente da página do Espaço Memória. Para iniciá-lo, coletaram-se, nas referidas Seções, as fotografias ali disponíveis. Seguiram-se a seleção, a digitalização das fotografias

analógicas (formato tradicional), o armazenamento das fotografias digitais, o processamento técnico de todas as fotografias (descrição e crédito), a disponibilização e disseminação via *web*. Após uma pesquisa em vários *sites* do Poder Judiciário, observou-se que os bancos de imagens se encontravam no Flickr, que é um *site* da *web* de hospedagem e partilha de imagens fotográficas. O Flickr permite aos usuários criarem álbuns para armazenamento de fotografias. É considerado um dos componentes mais exemplares da Web 2.0, devido ao nível de interatividade permitido aos usuários. Após autorização do então Juiz Diretor do Foro Frederico José Pinto de Azevedo, incluiu-se o Banco de Imagens da JFPE no Flickr.

Atualmente encontra-se em andamento uma pesquisa sobre as notícias relacionadas à Seção Judiciária de Pernambuco e Subseções, veiculadas nos jornais internos da JFPE, do TRF5, além dos jornais de grande circulação. São feitos os clippings das notícias e acrescentadas nos respectivos menus da Seção e Subseções Judiciárias.

Todas as mencionadas atividades são realizadas pela Seção de Biblioteca.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória, muito embora a ideia transmitida pela palavra seja de algo estático, revela-se, na prática, algo de um dinamismo sem medida. Sem memória não é possível a criação do futuro e, assim pensando e agindo cotidianamente, são alimentados os registros do que serão memórias no futuro.

O Espaço Virtual de Memória Institucional da JFPE é resultado dos conhecimentos classificados por Davenport e Prusak (1999 apud SORDI; AXT; FONSECA, 2007, p. 5), como tácito e explícito de todos os envolvidos na sua elaboração ou que foram fonte de informação.

Na preparação da Página do Espaço virtual de Memória, enfrentaram-se dificuldades de várias ordens:

- a disponibilidade de tempo porque, concomitantemente, continuou-se a realizar as tarefas de gestor da Seção de Biblioteca e as biblioteconômicas;
- os diferentes níveis de compreensão da importância e necessidade do registro, organização, preservação e disseminação da memória institucional;
- o acesso aos dados; e
- a escassez e irregularidade de dados e fontes de informação.

Procurou-se atingir um alto nível de exatidão nas informações disponibilizadas, porém se está consciente de que erros e omissões podem, eventualmente, ser detectados.

Sugestões para aperfeiçoamento da página e/ou correção de dados são bem vindas.

É imprescindível salientar o total apoio recebido dos juízes que compõem a Comissão de Memória – o Juiz Federal Ubiratan de Couto Mauricio, coordenador, e o Juiz Federal Frederico José Pinto de Azevedo, membro.

Espera-se que este relato possa oferecer subsídios àqueles que se envolverem na preservação da memória institucional.

Ressalta-se que o Espaço Virtual de Memória Institucional já gerou um produto: o livro *Por causa do tempo: memória da Justiça Federal em Pernambuco*, editado em 2015.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Justiça Federal. Seção Judiciária de Pernambuco. **Por causa do tempo**: memória da Justiça Federal em Pernambuco. Recife: 2Abad, 2015.

ESPAÇO Memória. In: JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO. Disponível em: <<http://www.jfpe.jus.br/index.php/institucional/espaco-memoria.html>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

FLICKR. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Flickr>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. **Centro de memória e ciência da informação**: uma interação necessária. 2005. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em:<<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli-Memoria.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Justiça federal**: histórico e evolução no Brasil. Curitiba: Juruá, 2003.

MARQUES, Otacílio Guedes. **Informação histórica**: recuperação e divulgação da memória do Poder Judiciário brasileiro. Brasília: UNB, 2007. Dissertação de Mestrado. Disponível em:<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1563/1/Dissertacao_Otacilio_Guedes_Marques.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2016.

MEMÓRIA do Poder Judiciário. In: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pj-proname/memoria-do-poder-judiciario>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

PROJETO Memória da Justiça Federal.
Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/portal/gestaodocumental/.../ProjetoMemoria.doc>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória Institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/view/62/64>>. Acesso em 8 fev. 2016.

SILVA, Patrícia Maria da. A arquitetura da informação centrada no usuário: estudo do website da biblioteca virtual em saúde (bvs). **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v.13, n. 26, 2. sem. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n26p119/6647>>. Acesso em: 9 abr. 2016.

SORDI, Neide Alves Dias de; AXT, Gunter; FONSECA, Paulo Rosemberg Prata da. **Manual de procedimentos do Programa de História Oral da Justiça Federal**. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2007.